



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682389 - CE (2021/0232524-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : LUIZ RICARDO DE MORAES COSTA
ADVOGADO : LUIZ RICARDO DE MORAES COSTA - CE028980
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : C M DE S F (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de C M DE S F em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0627207-48.2021.8.06.0000).

O paciente foi preso preventivamente e, posteriormente, denunciado pela suposta prática de estupro de vulnerável, crime previsto no art. 217-A, c/c art. 71, ambos do Código Penal.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

O impetrante sustenta que não há nos autos motivos que justifiquem a custódia cautelar do paciente, o qual teria residência fixa, profissão definida e estaria cooperando com as investigações.

Afirma que a prisão deveria ser a exceção e que seria caso de aplicação de medidas cautelares diversas.

Alega que os requisitos da prisão preventiva não estariam preenchidos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, com ou sem aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o relator, na origem, consignou que (e- STJ fls. 27/28):

"A documentação ora em análise demonstra, desde logo, que o paciente encontra-se efetivamente, ao menos neste momento, desprovido do mínimo de idoneidade necessária para a permanência em liberdade, uma vez presentes indícios de sua periculosidade pelo modus operandi supostamente empregado, valendo-se da relação de confiança com

a mãe das três menores, sua cunhada, além do fundado risco de reiteração delitiva, pois, segundo a acusação, durante anos, praticara atos libidinosos com as vítimas de quatorze, onze e oito anos de idade.

Importa ressaltar que os abusos contra a primogênita teriam iniciado quando esta contava com apenas cinco anos de idade e só foram revelados recentemente pelas duas menores mais velhas tão logo a caçula relatou aos familiares o ocorrido."

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência